

Desenvolvimento sustentável

A percepção de que os temas ‘Meio Ambiente’ e ‘Clima’ são planetários só aflorou na mente das pessoas a partir da segunda metade do século passado. As emanações das chaminés das fábricas situadas ao norte dos Estados Unidos, particularmente na cidade de Detroit, com sua maciça indústria automotiva, provocam chuva ácida e destruição nas florestas de sequóias centenárias do vizinho Canadá, a muitos quilômetros de distância. O aquecimento e resfriamento periódico das águas do oceano Pacífico próximas à costa do Peru (o fenômeno El Niño), a noroeste da América do Sul, causa ciclos de inundações no Sul do Brasil e de seca no Nordeste. A preocupação mundial com a preservação da floresta Amazônica, reconhecidamente o “pulmão do mundo”, é outro aspecto da globalização do clima, e incontáveis outros exemplos poderiam ser citados.

Assim, sabe-se hoje que um efeito ambiental ocorrido – ou causado pelo homem – num determinado local pode provocar (e com frequência provoca) impactos ambientais em regiões remotas e até no outro lado do planeta. Tal globalização climática é consequência das leis da natureza e não da vontade ou da ação humana, tendo existido desde o primórdio dos tempos, porém permanecendo ignorada até recentemente, mesmo para os especialistas em Meio Ambiente da época.

Esse desconhecimento terminou a partir de meados do século XX, como já referido, ocasionando a conscientização e preocupação dos especialistas. Tal situação os levou à promoção de encontros internacionais para tratar do tema, através de organizações como a ONU, e outras regionais, uma vez que a solução para os problemas climáticos não depende de um ou de poucos países, mas sim de medidas globais. Tais reuniões constituem-se em fóruns de debates sobre Clima e Meio Ambiente, com a apresentação de resultados de pesquisas, investigações, tendências e projeções, contando com a participação de estudiosos, especialistas, ecologistas, representantes de organizações governamentais, não governamentais e de grandes empresas de todas as nações. Os encontros resultam invariavelmente num conflito entre duas facções: de um lado, os interesses econômico-financeiros das grandes corporações; do outro, a visão preservacionista dos estudiosos e ecologistas. Existe ainda um terceiro grupo, composto pelos representantes governamentais que, dependendo do país de origem, apóiam uma ou outra facção, ou ficam em cima do muro.

Em geral, os seminários produzem documentos – denominados ‘protocolos’ – com conclusões (muitas vezes pouco conclusivas) e recomendações (muitas vezes pouco recomendando) aos governos e corporações do mundo todo. Sem entrar em detalhes, alguns dos principais encontros que originaram importantes protocolos foram: Clube de Roma, em 1971; Estocolmo, 1972; Nairóbi, 1982; Montreal, 1985; Eco 92, no Rio de Janeiro; Kioto, 1997; Buenos Aires, 1998; Rio +10, 2002.

Bem, e daí? – pode estar-se perguntando o leitor. – Qual o resultado de tudo isso?

Como resultados concretos, podem-se citar três: 1) o aumento significativo do conhecimento, conscientização e engajamento da população mundial quanto à preservação do meio ambiente; 2) como consequência do protocolo de Montreal, 1985, o banimento gradativo do uso de compostos CFC (empregados em aerossóis e como fluido refrigerador em geladeiras e ar-condicionados, e que destroem a camada de ozônio

da atmosfera) por todas as indústrias do mundo (término de uso previsto para 2010); e 3) a introdução do conceito de Desenvolvimento Sustentável, através do relatório “Nosso futuro comum” elaborado pela Comissão Brundtland em 1987.

Havia um quarto resultado, oriundo do protocolo de Kioto, 1997, que consistia, dentre outras medidas importantes, no compromisso de todas as nações diminuir paulatinamente a emissão dos gases do efeito estufa. Os países do Primeiro Mundo entrariam com uma parcela maior para a redução, uma vez que eles são responsáveis por cerca de 75% das emissões mundiais desses gases. Entretanto, pouco depois da posse de Mr. George W. Bush como presidente dos Estados Unidos da América, país que sozinho emite quase metade dos gases do efeito estufa, ele simplesmente informou ao mundo que seu país não cumpriria o acordo, jogando o protocolo por terra.

Deixando os contratempos de lado, é interessante entendermos o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’. Sua definição oficial é: “Desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades.” Trocando em miúdos: que a humanidade explore de forma acional os recursos naturais – solo, água, ar, matérias-primas e energia –, de forma a assegurar para as futuras gerações um planeta moderno e limpo, com altos padrões de conforto e qualidade de vida, além da continuidade do processo de desenvolvimento econômico concomitante à preservação do ecossistema.

As três dimensões do desenvolvimento sustentável

Mas qual é a relação dos temas tratados até aqui com a pomposa assertiva “sobrevivência da espécie humana”, título deste artigo?

A resposta é direta: tem tudo a ver. Senão, vejamos.

Existem as chamadas “Três grandes dimensões do desenvolvimento sustentável”, que são: 1) o esgotamento dos recursos naturais; 2) o limite da biosfera para assimilar resíduos e poluição; e 3) a questão social. Examinemos cada uma delas.

O esgotamento dos recursos naturais. Nosso planeta Terra é limitado, e limitados são seus recursos naturais – solo para produzir alimentos, matérias-primas para confeccionar bens, fontes de energia e, agora de maneira especialmente crítica, água potável. Se utilizarmos tais recursos de maneira indiscriminada, eles com certeza se esgotarão. Isso evidentemente não acontecerá durante a nossa geração, mas em alguma geração futura. Que herança você pretende deixar para seus descendentes?

O limite da biosfera para assimilar resíduos e poluição. Nosso planeta Terra é limitado, e limitado é seu poder de regeneração. Por exemplo, vejamos o tempo de decomposição de alguns materiais que usamos no nosso dia-a-dia: papel, seis meses; tecido, um ano; plástico e metais, mais de cem anos; vidro, um milhão de anos; borracha, desconhecido (não se decompõe). Se sujarmos e emporcalharmos sistematicamente o meio ambiente, chegará um momento em que a Terra estará totalmente impregnada de lixo no solo, na água e no ar. Toda a fauna e a flora que nos alimenta (ou não) morrerá, não haverá mais água potável e a espécie humana também sucumbirá à poluição. Isso evidentemente não acontecerá durante a nossa geração, mas em alguma geração futura. Que herança você pretende deixar para seus descendentes?

A questão social. O crescimento da população mundial tem sido uma constante ao longo da História, e a lacuna entre a demanda e a produção de alimentos só tem feito aumentar. Aliadas estes fatos, há as evidências de que hoje o crescimento populacional se dá entre as classes mais pobres das regiões mais carentes, e que as duas dimensões antes discutidas contribuem para restringir a produção e oferta de alimentos e de água potável, levando-nos à conclusão de que rumamos firmemente para uma crise de fome e sede de proporções mundiais, com efeitos imprevisíveis. Isso evidentemente não acontecerá durante a nossa geração, mas em alguma geração futura. Que herança você pretende deixar para seus descendentes?

Um aspecto particularmente relevante da segunda dimensão é o efeito estufa, já comprovado pelos cientistas, que consiste na elevação da temperatura média do planeta devido à emissão de gases provenientes de combustão efetuada com qualquer finalidade: industrial (fornos, geração de energia, transporte) e doméstica (cocção, aquecimento, transporte). Dois efeitos principais irão ocorrer: o primeiro, que aliás já está acontecendo, é o derretimento gradativo das calotas polares e aumento correspondente do nível dos oceanos, provocando a inundação das atuais cidades praianas; o segundo, um impacto profundo no ecossistema dos oceanos, que ninguém se atreve a prever qual será, mas é consenso que produzirá conseqüências altamente negativas para a vida em geral. Isso, evidentemente, não acontecerá durante a nossa geração, mas em alguma geração futura. Que herança você pretende deixar para seus descendentes?

Pronto, está aí pintado o cenário apocalíptico, com cores fortes porém reais.

O que foi apresentado até este ponto nada mais são que fatos, informações e conclusões procedentes de pesquisas e investigações conduzidas por cientistas e especialistas de renome mundial, resultados que se encontram em artigos de revistas técnicas, livros e outros meios internacionais respeitados de divulgação, em teses de mestrado e de doutorado desenvolvidas em universidades de competência reconhecida, sem falar nos diversos protocolos emitidos após as reuniões globais sobre clima e meio ambiente.

Permitam-me então, fazer a pergunta crucial que emerge neste momento: Tem solução?

A contribuição de cada um

Na verdade, apesar de a situação parecer crítica, existe solução para os perigos ambientais e climáticos que hoje corremos, que ameaçam a sobrevivência da espécie humana e o ecossistema planetário como um todo. Os problemas são amplos e complicados, exigindo soluções abrangentes e complexas, porém exeqüíveis – basta que haja vontade política.

Numa visão simplista, poder-se-ia achar que como a solução é política, ela pode ser deixada na mão dos governos ao redor do mundo... e tudo estará resolvido. Mas realmente não é assim (lembrem-se da atitude dos Estados Unidos no caso dos gases do efeito estufa). A solução efetiva passa pelo trabalho e contribuição de todos, focada nas três vertentes principais e complementares mencionadas a seguir.

O papel das autoridades constituídas. Devemos entender que, como a questão do meio ambiente é global, torna-se necessária a real contribuição de todos os países ao redor do mundo. E tal contribuição não passa somente pelo Poder Executivo das nações, mas por todos os tradicionais Três Poderes. O Legislativo deve legislar de forma adequada

e pró-ativa, visando criar condições legais para que as atividades ecológicas da sociedade como um todo sejam incentivadas, e as poluidoras combatidas, punidas e minimizadas. Nesse aspecto, a legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo; felizmente, ela é bem aplicada em alguns estados da federação e, infelizmente, ela não é aplicada em outros. O Executivo deve fiscalizar corretamente, ser rigoroso, agindo sobretudo na prevenção: dentro da letra da Lei, evitar que os impactos ambientais negativos e possíveis acidentes venham a ocorrer. Para isso, precisa de recursos suficientes, sejam em verbas, instalações ou pessoal qualificado. O Judiciário deve julgar com presteza e isenção, sem privilegiar o poder econômico-financeiro de grupos e corporações com interesses contrários à preservação ambiental.

O papel do cidadão. Através das ONGs de todas as naturezas, o cidadão comum deve se mobilizar no sentido das ações preservacionistas. Devemos primeiro entender que uma ONG não é apenas aquela famosa que aparece na mídia, recebe subsídios governamentais e possui site na Internet. Uma associação de bairro é uma ONG, uma associação municipal é uma ONG, uma de profissionais também o é. Um cidadão sozinho tem pouquíssimo poder de pressão para concretizar seus pleitos; organizado em ONGs, a relação de forças começa a tomar outra forma. E que ações preservacionistas o cidadão pode e deve fomentar? Há um sem-número delas, mas podemos agrupá-las em dois tipos: ações de pressão e ações de conscientização. Ações de pressão nada mais são que: 1) cobrar das autoridades constituídas o seu papel institucional: legislar, fiscalizar, julgar e, nos casos aplicáveis, punir de forma eficaz; 2) cobrar das organizações – particulares e governamentais – uma atuação responsável, sempre dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável. E a conscientização, o que seria? Promover programas permanentes de divulgação – através de reuniões, cursos, palestras, cartazes, cartilhas, eventos diversos – dos princípios do desenvolvimento sustentável no seu bairro, na escola de seu filho, na sua comunidade, no seu trabalho, na sua igreja, na sua cidade, na sua ONG.

O papel das organizações. Se o amigo leitor é empresário, pode estar pensando agora: “Ih!, Lá vem mais despesa!” Devo dizer que a esta expectativa não irei atender, por uma razão muito simples: há uma ferramenta excelente para conciliar os autênticos interesses empresariais com a preservação do meio ambiente, que é a certificação ISO 14000. Esta série de normas, emitida pela ISO em 1996, pode ser empregada por organizações – governamentais, não governamentais e empresas – de qualquer ramo de atividade. Ela tem a qualidade excepcional de dar enfoque econômico à preservação do meio ambiente, exatamente o que necessitam as organizações com fins lucrativos (a grande maioria das empresas). As organizações com as quais tenho contato e que implantaram e se certificaram pela ISO 14001 são unânimes em testemunhar que os benefícios são muitos, aliados ao fato de que o investimento feito visando à certificação é recuperado em pouco tempo. Evidentemente, esse pouco tempo depende de inúmeros fatores, mas um prazo normal varia entre um ano e um ano e meio. A Norma proporciona a conscientização e motivação dos funcionários, de seus familiares e da comunidade no entorno da organização com relação ao meio ambiente, além de integrar a organização nas iniciativas e ações das autoridades constituídas e do cidadão, conforme comentado anterior.

É claro que a Norma tem imperfeições – afinal, foi elaborada por seres humanos provenientes de várias nações, especialistas no assunto ‘meio ambiente’, porém seres humanos. Mas a ISO 14000 tem mesmo muito valor a agregar a todos: autoridades, cidadãos, organizações.

Conclusões

Soluções para os gravíssimos problemas ambientais que afligem hoje nosso Planeta – problemas estes que comprometem a sobrevivência da espécie humana num futuro não tão longínquo – existem e são do conhecimento de especialistas e ambientalistas das mais diversas procedências e nacionalidades, estando disponíveis em numerosos documentos internacionais. Talvez porque a maioria das pessoas acredite que o mundo nunca chegará a uma situação caótica, as ações necessárias não estão sendo adotadas com a rapidez, quantidade e intensidade devidas. Entretanto, se tais ações não forem tomadas a tempo, a humanidade atingirá inexoravelmente uma condição crítica, com a fome e a sede aumentando e se agravando em níveis insustentáveis.

Como alguns dos principais governos da Terra, integrantes do chamado Primeiro Mundo, insistem numa postura exploradora e irresponsável com relação ao meio ambiente, resta o trabalho integrado dos cidadãos e das organizações para reverter tal quadro: os cidadãos através da participação em ONGs de cunho ambiental, trabalhando a conscientização das pessoas e a pressão sobre autoridades e organizações por uma atuação ambiental responsável; as organizações, associando atuação ambiental responsável com desempenho econômico por meio da implantação e certificação de um Sistema de Gestão Ambiental segundo a norma ISO 14000.

Herick Marques Caminha Jr.
Consultor, sócio da Concisa Soluções Empresariais.
E-mail: concisa@concisanet.com.br.